

## **A GESTÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE A DISTANCIA OFERTADOS PELA REDE E-TEC BRASIL: DIFICULDADES À SUA IMPLANTAÇÃO**

Kassick, Clovis N./UNISUL/UFSC [kassick@uol.com.br](mailto:kassick@uol.com.br) / PCEADIS/CNPq/FNDE  
Bento, José S./IFPE- [jb\\_bento@hotmail.com](mailto:jb_bento@hotmail.com) / PCEADIS/CNPq/FNDE  
Dutra, Paulo R. S./UFRPE [dutrapaulo2008@hotmail.com](mailto:dutrapaulo2008@hotmail.com) / PCEADIS/CNPq/FNDE  
Peixoto, Karin E. von Schmalz [karin.schmalz@gmail.com](mailto:karin.schmalz@gmail.com) / PCEADIS/CNPq/FNDE

### **Resumo**

O Brasil está investindo fortemente na EaD. Um dos marcos é o ano de 2007 com a criação da hoje Rede e-Tec Brasil que oferece Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio em regime de colaboração da União com os estados e municípios. Questão crucial à sua implantação é a gestão institucional necessária à sua efetividade. Esta pesquisa buscou saber como ocorre a gestão no processo de implantação dos cursos na modalidade EaD em diversas instituições no país. Para isso, utilizou-se a análise documental e aplicação de questionário, via web, a coordenadores gerais, de cursos e de polos. Este relato apresenta resultados parciais que apontam as principais dificuldades na gestão de sua implantação.

Palavras Chave: Currículo Referência; Educação Profissional; Educação a Distância

### **Introdução:**

A educação a distância é uma modalidade educacional onde a produção do conhecimento acontece sem a necessidade dos espaços formais da sala de aula, ocorrendo em tempos e locais distintos entre o educador e o educando. Na última década o Brasil tem realizado um grande investimento nesta modalidade de ensino e, atualmente, a Educação a Distância – EaD, é programa de governo na formação de profissionais de nível técnico e superior, que objetiva interiorizar uma educação de qualidade às regiões mais remotas deste extenso país.

Outro importante papel desta modalidade de educação é garantir o cumprimento de políticas inclusivas, onde aqueles que residem fora dos grandes centros urbanos tenham garantido seu direito de realizar cursos técnicos e ou superiores nas grandes instituições públicas do país. Parcerias entre os governos federal, estadual e municipal e as instituições Federais de ensino tem expandido a educação a distância em todo o país.

Em 2006 foi criada, no âmbito do Ministério da Educação, a Universidade Aberta do Brasil – UAB, com o objetivo de interiorizar e expandir a educação superior

no país. Formatada em convênio com instituições de ensino superior e governos municipais, a Universidade Aberta do Brasil foi implementada em todos os estados brasileiros e, a adesão ao programa, foi tamanha que o governo decidiu, em 2007, criar a escola Técnica do Brasil – e-Tec Brasil, programa de cursos técnicos de nível médio a distancia, também em regime de colaboração da união com os estados, municípios e instituições públicas de ensino.

A EaD ofertada pela união está organizada de forma que cada instancia parceira na implementação do programa tenha suas atribuições e que o bom funcionamento em conjunto destas ações irá garantir o sucesso do programa. À união caberá repassar os recursos às instituições de ensino, aos estados e municípios a responsabilidade da estrutura física e apoio administrativo e as instituições de ensino a aquisição de bens para o funcionamento dos cursos, a administração dos recursos, a contratação de professores e a responsabilidade de todo o processo administrativo e pedagógico do ensino aprendizagem.

O presente trabalho apresenta os resultados parciais de pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa em Gestão Institucional – GPGI, que compõem o Fórum Nacional de Educação Profissional Técnica a Distancia – FNEAD e teve como objeto de pesquisa a gestão institucional empreendida pelas diferentes instituições ofertantes de cursos para a Rede e-Tec nas diferentes regiões do país. O estudo partiu do pressuposto da não existência de normas e procedimentos para a implementação de cursos da Rede e-Tec na modalidade EaD, o que tem gerado grande demanda de retrabalho para todas as equipes que compõe o sistema; deficiências na operacionalização dos procedimentos necessários e falhas de comunicação entre os gestores do ministério da educação, das instituições ofertantes e dos municípios polo.

O estudo apontou como objetivo geral diagnosticar o processo da gestão institucional no momento da implantação e implementação de cursos técnicos em EaD nas diversas instituições existentes no país e, como objetivos específicos: relacionar quais Instituições oferecem cursos na modalidade EaD para a Rede e-Tec Brasil; localizar geograficamente as instituições ofertantes de cursos; listar os cursos ofertados; quantificar o numero de alunos matriculados nos cursos e instituições; identificar o estágio de desenvolvimento dos cursos; listar e pontuar as principais dificuldades apresentadas no processo de implantação dos cursos, entre outros.

Os procedimentos metodológicos adotados para o levantamento do estado da arte, no que concerne a gestão institucional dos cursos, valeram-se do instrumento

questionário, que foi enviado, via e-mail institucional, a 43 coordenadores gerais das instituições, 136 coordenadores de curso e 206 coordenadores de polo. Os questionários foram elaborados em planilha Excel. Dos questionários enviados, 56,4% foram preenchidos e devolvidos ao grupo de pesquisa, representando 100% do universo da pesquisa. As respostas foram tabuladas e registradas em planilha própria. Os principais resultados referem-se ao modo como se define a oferta, as necessidades mais emergentes e recomendações básicas para a sequência da organização e implementação da rede.

### **A EaD no Brasil:**

Não é nova a proposta de ensino a distancia no Brasil e diferentes programas já foram implantados baseados em experiências de outros países. De acordo com Moraes *et al* (2007) a educação a distancia no Brasil teve início em 1923 com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a qual transmitia programas de radiotelegrafia e telefonia, línguas e outros. Ainda em Moraes *et al* (2007), são citadas as experiências radiofônicas do Projeto Minerva (1939) e a criação do Instituto Universal Brasileiro em 1941, este com cursos técnicos e profissionalizantes por correspondência e ainda em atuação. Mais recentemente, em maio de 1996 foi criada, através do decreto 1.917/96, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria de Educação a Distancia (BRASIL, 1996). Dentre as ações desta secretaria estava a TV escola e o PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação, ambas com o objetivo de apoiar a educação presencial através da estrutura da Tecnologia da Informação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, lei 9394/96, (BRASIL, 1996) em seu artigo 80, determina que o poder público incentive o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distancia, em todos os níveis e modalidades de ensino e da educação continuada, o qual só foi regulamentado em dezembro de 2005 através do decreto 5.622/05. O decreto de regulamentação caracteriza a educação a distancia como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005). O decreto também define parâmetros para sua metodologia, gestão e avaliação, determinando a obrigatoriedade de momentos presenciais para as avaliações, estágios, defesas de trabalhos de conclusão de curso e atividades de laboratórios, quando necessário.

Além destas e outras ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Educação a Distância/MEC, em junho de 2006, através do decreto 5.800/06 foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil (BRASIL, 2006), o qual tinha como finalidade o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a expansão e interiorização de ofertas de cursos de nível superior no país. Dentre os objetivos do sistema estava a ampliação do acesso a educação pública superior; redução das desigualdades de oferta de cursos superiores nas diferentes regiões do país e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância. No artigo 2º o decreto determina que os cursos devam ser desenvolvidos por instituições públicas de ensino superior em articulação com os polos de apoio presencial.

O referido decreto define Polo de Apoio Presencial como a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. O parágrafo 2º, do art. 2º afirma: “os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados as fases presenciais dos cursos e programas do sistema”. No art. 4º o referido decreto responsabiliza, de forma compartilhada, os entes federados a firmarem acordos formais e assumirem a manutenção dos polos.

Espelhado no sucesso de adesão a nova forma de interiorização da educação superior, em 12 de dezembro de 2007, através do Decreto 6.301, foi criado o Sistema Escola Técnica do Brasil, o qual tinha como finalidade o desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, ampliando a oferta e democratizando o acesso aos cursos técnicos gratuitos em instituições públicas. (Brasil, 2007). Baseado na Universidade Aberta do Brasil o sistema e-Tec Brasil determina que para o alcance dos objetivos contará com a colaboração da União, estados e municípios. Em outubro de 2011 foi instituída através do decreto 7589 de outubro de 2011, a Rede e-Tec Brasil, “com finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País” (BRASIL, 2011).

### **A Institucionalização da Educação na modalidade a distância:**

No ensino presencial ou na EaD a gestão institucional é complexa, envolvendo diferentes níveis de articulação, diferentes campos de conhecimentos, diferentes saberes, exigindo de todos envolvidos trabalho em conjunto objetivando a formação

integral do ser humano. Na gestão do Programa e-Tec Brasil, fundamentado no tripé do trabalho colaborativo de três entes, a união com os recursos, as instituições ofertantes de cursos com a gestão institucional e os municípios com a estrutura física e humana no polo de apoio presencial, os processos gerenciais ficam mais complexos e burocratizados ainda, tendo em vista que o gestor institucional responde pelo funcionamento de todo o curso, desde a avaliação dos polos presenciais nos municípios; a formatação dos cursos; a seleção dos alunos; a produção do material didático; a assistência ao aluno; a gestão financeira e todo o processo pedagógico, ou seja, planejamento, acompanhamento e controle.

Para Moraes et al (2007) a gestão institucional da EaD deve ser pautada na autonomia e na organização dos procedimentos e controle para evitar a fragmentação de ações dos gestores locais e conseqüentemente a perda do controle dos processos.

Um processo de gestão e autonomia requer, pois, clareza em seus propósitos, em seus princípios, em suas políticas, das quais decorrem as regulamentações que orientam a elaboração e a implementação dos projetos. Rege o exercício da autonomia, em uma ação educativa, planejamento, direção, acompanhamento, avaliação e controle das ações. Em EaD, essas questões precisam estar contempladas nas políticas institucionais, expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e serem definidas no plano estratégico, em seus objetivos, metas, ações e organizadas em projetos executáveis (MORAES et al, 2007, p.16)

Outra questão a considerar é que a EaD não pode ser conduzida a sombra do ensino presencial, servindo-se de suas políticas institucionais, suas metas, seus procedimentos. A EaD precisa ser incorporada à instituição como uma nova forma de fazer educação, com novas técnicas, nova organização dos espaços, novos processos pedagógicos, procedimentos específicos, infraestrutura definida, equipe capacitada e o desejo de iniciar cursos para atender a mais diferentes perfis de alunos.

Corrêa (2007) aponta a mediação pedagógica na EaD, como outro ponto característico. Para isto, segundo a autora, a proposta didática precisa ser definida a partir do desenho do curso, norteadas por uma coordenação pedagógica e composta por uma equipe de especialistas. A EaD apresenta muitas dificuldades, visto que a prática docente e a formação de professores no Brasil está fundamentada no ensino presencial. Professores e gestores apreendem sobre as dificuldades e gestão do ensino presencial e nada sobre a modalidade EaD durante sua formação.

Quanto as dificuldades da EaD, Corrêa (2007) afirma:

...os cursos de EaD convivem com alguns desafios em relação ao desenvolvimento e a gestão dos sistemas de EaD. Incluem-se aí a formação e o acompanhamento da tutoria, a definição de estratégias adequadas para o

serviço de apoio, a avaliação da qualidade do ensino, a convivência com instituições mistas e a escolha pela manutenção dos centros locais ou pela centralização do apoio. (CORRÊA, 2007, p.12)

Já para Pereira (2007), um dos grandes desafios no que concerne a gestão da EaD, está em escolher corretamente os meios técnicos, considerando as tecnologias mais adequadas à acessibilidade do público alvo. Quanto a formação dos professores e sua postura, Pereira (2007, p.90) afirma que a EaD exige uma nova prática, com novas competências para o professor: “saber lidar com os ritmos individuais de seus alunos; apropriar-se de novas técnicas de elaboração de material didático, ter domínio de certas técnicas de avaliação, trabalhar em ambientes diversos daqueles do presencial e desenvolver habilidades de investigação com técnicas variadas” O planejamento das atividades, a avaliação da aprendizagem; o formato das atividades; o tempo necessário aos atendimentos on-line; as reuniões com os tutores; a preparação dos material impresso; a adaptação à web e vídeo conferência, requerem dos formadores o aprendizado de uma nova forma de fazer educação, requerem dedicação, capacitação continuada e planejamento detalhado de cada semana de aula.

Os procedimentos para implantação de cursos em EaD requerem determinação política da Instituição, expressas no PDI; formação de equipe especializada, dentre estes, gestores, conteudistas, formadores, tutores, design instrucional, revisores, diagramadores; construção de procedimentos e planos de cursos específicos; delimitação de espaço físico e infra estrutura de tecnologia da informação; bem como garantia de orçamento.

Entendendo a complexidade do processo de gestão institucional no momento de implantação e implementação de cursos técnicos profissionais na modalidade a distancia e tendo em vista as variáveis que interferem no sucesso e/ou fracasso de sua institucionalização, o grupo de pesquisa em gestão institucional ouviu coordenadores gerais; coordenadores de curso e coordenadores de polos da rede e-Tec Brasil, no sentido de, inicialmente, mapear os gargalos que podem levar o processo de institucionalização destes cursos ao insucesso.

**A pesquisa: Detalhamento e análise preliminar dos dados levantados:<sup>i</sup>**

**Coordenador Geral**

Participaram da pesquisa 23 coordenadores gerais e-tec, distribuídos uniformemente nas cinco regiões brasileiras. Inquiridos sobre questões referentes a gestão do sistema e-Tec Brasil, em sua instituição, os coordenadores demonstraram conhecer sua realidade e preocupação com a situação em que se encontram. Quando perguntados sobre a decisão de oferta de cursos, os coordenadores poderiam assinalar mais de uma opção e 73,9% responderam que realizam pesquisa de mercado, 65,2% atendem a solicitação dos municípios/estado e 56,5% consideram o planejamento interno da instituição para expansão dos cursos no estado, enquanto que apenas 8,7% responderam que consideram também o arranjo produtivo local. Considerando que a expansão dos cursos ocorre face à uma demanda de mercado regional e que aproximadamente 73,9% dos coordenadores afirmaram realizar pesquisa de mercado, podemos concluir que os cursos ofertados estão em sintonia com as necessidades do mercado, logo, cumprindo o seu propósito de formação de mão de obra especializada para a sua região.

Sobre as dificuldades encontradas pela instituição para a implantação de cursos em EaD era possível assinalar mais de uma alternativa. A carência de recursos humanos estava presente em 60,8% das respostas, dentre elas, a carência específica de apoio pedagógico foi apontado por 43,4% dos entrevistados; deficiência na estrutura física: 34,7; falta de recursos financeiros: 30,4% e ausência de formalização legal com os polos, o que ocasiona insegurança aos recursos humanos no que diz respeito as questões trabalhistas: 21,7%. Com estes resultados podemos perceber a dificuldade do gestor institucional em realizar um trabalho com planejamento, eficiência e qualidade, visto que falta desde estrutura física, pessoal, procedimentos formais e atos de legalização dos processos.

Quanto à formalização de procedimentos e a juntada de documentos legais para a construção do PPC (Projeto Político Pedagógico), foi perguntado ao coordenador se a instituição tem algum documento/regulamento que estabeleça normas para elaboração dos PPCs dos cursos da EaD e como esperado, 61,9% responderam que sua instituição não possui nenhuma norma. Questionados sobre quais documentos orienta a elaboração do PPC e considerando que mais de uma resposta poderiam ser assinaladas, 86,9% informaram utilizar o Catálogo Nacional enquanto que o Currículo Referência aparece como segundo documento mais utilizado como referencial para a criação dos cursos, com um percentual de 73,9. Outras opções como Parecer do Conselho Nacional de

Educação, Normas internas da Instituição e os referenciais de qualidade do MEC também foram citados como documentos utilizados.

Na questão sobre como ocorre o processo de seleção dos bolsistas para professor formador, 34,8% dos coordenadores informaram que realizam processo seletivo simplificado com chamada pública através de edital. Indicação / convite à servidores da instituição: 47,8% dos respondentes disseram que o processo ocorre através desta forma; e, 13% deles informaram que o processo ocorre através de Indicação / convite para não servidores da instituição.

Quanto ao processo de seleção do professor conteudista o resultado não mostrou diferença significativa: Processo seletivo simplificado com edital – 43,5%; Indicação / convite de servidores da instituição – 47,8% e Indicação / convite para não servidores da instituição – 4,4%.

Por outro lado, sobre o processo de seleção de tutores presenciais e/ou a distancia e o de coordenador de polo os resultados apresentaram-se bem diferentes. Em 86,9% das respostas, o processo de seleção para tutor, ocorre através de edital publico, enquanto que, para coordenador de polo, a ocorrência da seleção através deste instrumento é de apenas 21,7%. Os dados mostram ainda que, para coordenador de polo, em 43,5% são indicados professores entre não servidores da instituição.

No que se refere ao controle de atividades desenvolvidas, foi perguntado com que frequência é realizada a avaliação do polo, de seu coordenador e dos tutores. Sobre a frequência de avaliação dos polos, coordenadores e tutores, 57,1% responderam realizar semestralmente, enquanto que 14,28% informaram não realizar as avaliações.

### **Coordenador de Curso**

No estrato dos coordenadores de curso, foram enviados questionários para 136 coordenadores, dos quais cinquenta deles retornaram. Assim a amostragem do público alvo de coordenadores de cursos da Rede e-Tec Brasil foi obtida com cinquenta representantes de todas as regiões do país, sendo cinco da região centro-oeste; nove do nordeste; onze da região norte; quinze do sudeste e dez do sul.

No questionamento sobre como ocorre a divulgação da abertura de oferta ou reoferta do curso havia a possibilidade de assinalar: Edital; Jornal; Rádio; Televisão; Alto falante nas ruas; e materiais impressos distribuídos em locais estratégicos (panfletos, notas, comunicados). A opção “Outro” poderia ser preenchida livremente.



Tabela 1: Frequências absoluta (n) e relativa (%) do número de meios de divulgação usados pelos coordenadores de curso entrevistados (N=50) para anunciar abertura de oferta ou reoferta de cursos de EaD.

<b>Nº. de meios de divulgação</b>	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Um	20	40
Dois	2	4
Três	13	26
Quatro	9	18
Cinco	4	8
Seis	2	4
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Verifica-se que, apesar de haver diversidade de meios de divulgação possíveis, a maioria dos cursos de EaD está utilizando um pequeno número deles. Para saber a frequência com que cada tipo de meio de divulgação foi utilizado, as 129 citações de meios de divulgação foram contabilizadas; o edital foi o meio de divulgação mais comum (36,47%), seguido por materiais impressos (17,83%), rádio (15,50%) e jornal (13,18%). A internet foi citada na opção “Outros” em apenas quatro ocasiões, o que parece uma subutilização deste meio de divulgação gratuito (já que todas as instituições possuem um sítio na internet), principalmente tratando-se de cursos a distancia que são baseados na rede (Tabela 1, Figura 1).

Os resultados apontam que a utilização de apenas um meio de divulgação representou 40% dos entrevistados. Este fato, associado ao de ser o edital o meio de divulgação mais citado para publicização dos cursos ofertados e, considerando que esta sistemática se restringe a publicação em jornais que nem sempre atingem, satisfatoriamente, a população a que se destinam os cursos, nos leva a pensar sobre a necessidade de reestruturar o processo de divulgação dos cursos a partir da diversificação de estratégias. Nesta questão, entendemos como fundamental uma diretriz da SETEC em mobilizar numa campanha educativa sobre a Rede e-Tec Brasil e sobre o significado da educação a distancia, aproveitando os meios de comunicação do MEC para massificar as informações básicas e difundir os princípios da EaD.

Como ocorre a decisão de oferta de cursos? Esta pergunta possuía três opções de resposta: a)- Através da Pesquisa de Mercado; b)- Atendimento a Solicitação dos Municípios/Estado; e c)- Planejamento interno da instituição para expansão de cursos no estado. Dos respondentes, 32 deles, ou seja, 64% utilizam apenas uma das três ações; doze (24%) utilizam duas ações; e apenas seis (12%) dos coordenadores informaram que utilizam as três ações (Figura 1).

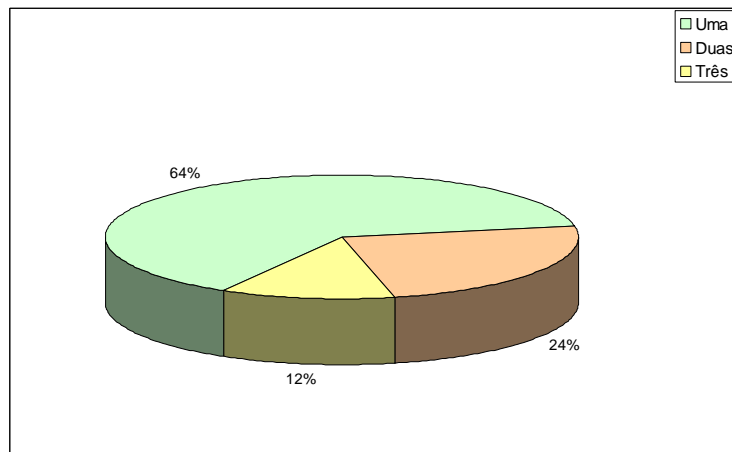


Figura 1: Frequências relativas (%) do número de ações na tomada de decisão para oferta de cursos de EaD segundo 50 coordenadores de curso.

Para verificar quais as ações mais comuns nesta tomada de decisão, as 74 citações das três ações foram contabilizadas. O atendimento a solicitações de municípios e/ou estados foi citado 36 vezes (48,65%); a pesquisa de mercado foi citada onze vezes (14,86%); e o planejamento interno da instituição para expansão de cursos foi citado 27 vezes (36,48%). A Figura 2 mostra a subutilização das pesquisas de mercado na decisão da criação de novos cursos de EaD.

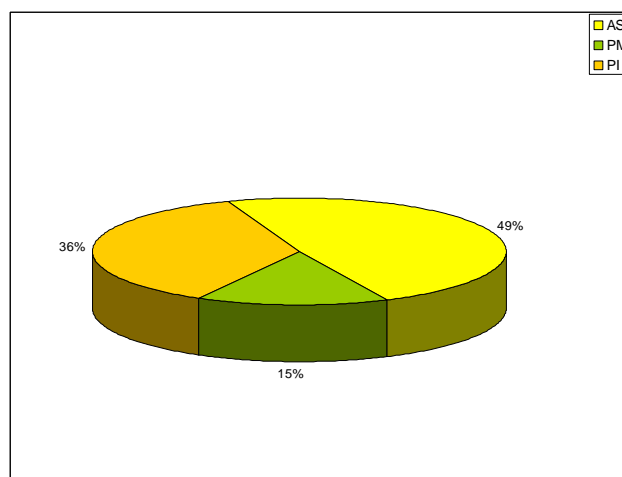


Figura 2: Frequências relativas (%) da citação de ações que levam à tomada de decisão para a criação de cursos de EaD (N=74). AS = Atendimento a Solicitação dos Municípios/Estado; PM =

Pesquisa de mercado; PI = Planejamento interno da instituição para expansão de cursos no estado.

Na questão que buscou verificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos coordenadores (fig. 3), na gestão dos cursos, aparece em primeiro lugar a falta de recursos humanos, pois, a Rede e-Tec Brasil cresceu significativamente, o que não aconteceu com o número de pessoas envolvidas, do que resulta no não atendimento das demandas geradas, principalmente, tendo em vista as peculiaridades próprias da EaD. Donde se conclui sobre a necessidade de abertura de concursos públicos para técnico administrativo, dentre outras funções, para garantia continuidade dos trabalhos com qualidade.

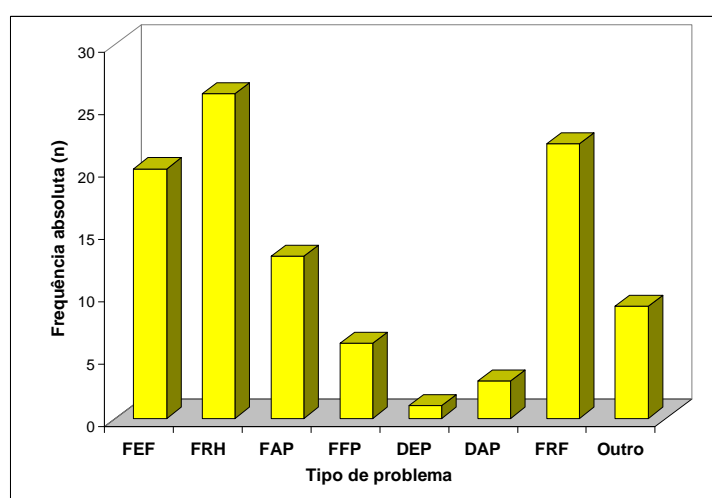


Figura 3: Frequências absolutas (n) e relativas (%) de citações de tipos de problemas e dificuldades encontradas por 43 coordenadores de cursos de EaD em instituições federais e estaduais de ensino médio e superior (N = 100). FEF = Falta estrutura física para alocar a coordenação; FRH = Falta de recursos humanos; FAP = Falta de apoio pedagógico; FFP = Falta de formalização com os Polos; DEP = Dificuldades de elaboração do PPC; DAP = Dificuldades de aprovação do PPC nas instâncias superiores; FRF = Falta de recursos financeiros.

No que tange ao questionamento sobre os procedimentos avaliativos, os coordenadores respondem que ao final do semestre as instituições avaliam: Índice de evasão de estudantes (IEE); Índice de retenção (reprovação) por disciplina (IRD); Índice de retenção do semestre (IRS); Índice de sucesso (Número de estudantes aprovados) (IEA); Desempenho dos tutores (DT); Desempenho dos professores formadores (DPF); e “Outro”, que podia ser respondido livremente. Dos 47 coordenadores de curso que responderam a esta pergunta, 13 (27.3%) informaram que calculam os seis índices, enquanto que 12 cursos costumam calcular três índices. Apenas dois cursos levantam somente um dos índices de desempenho acadêmico (Tabela 4).

Tabela 4: Frequências absolutas (n) e relativas (%) do número de índices de desempenho acadêmico calculados por 47 cursos da modalidade EaD em instituições federais e estaduais de ensino médio e superior.

<b>Nº de índices</b>	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Um	2	4,26
Dois	6	12,77
Três	12	25,53
Quatro	9	19,15
Cinco	5	10,64
Seis	13	27,66
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100</b>

Para verificar os índices mais comumente calculados pelos cursos, foram contabilizadas as 189 citações de índices de desempenho acadêmico feitas pelos coordenadores de curso. O índice de evasão de estudantes foi o mais utilizado, sendo citado 42 vezes (22,2% do total), enquanto que três índices foram citados 32 vezes (16,9% das citações): índice de retenção (reprovação) por disciplina; Índice de sucesso (Número de estudantes aprovados); e Desempenho dos tutores. O índice menos calculado foi o de retenção do semestre, citado por 20 cursos (10,6%). Estas informações estão sumarizadas na Tabela 5.

Tabela 5: Frequências absolutas (n) e relativas (%) de 189 citações de índices de desempenho calculados por 47 cursos da modalidade EaD em instituições federais e estaduais de ensino médio e superior.

<b>Índices de desempenho</b>	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Índice de evasão de estudantes (IEE)	42	22,22
Índice de retenção (reprovação) por disciplina (IRD)	32	16,93
Índice de retenção do semestre (IRS)	20	10,58
Índice de sucesso (Número de estudantes aprovados) (IEA)	32	16,93
Desempenho dos tutores (DT)	32	16,93
Desempenho dos professores formadores (DPF)	31	16,40

<b>Total</b>	<b>189</b>	<b>100</b>
--------------	------------	------------

A análise acurada destes dados possibilita, à equipe gestora dos cursos ofertados pela Rede e-Tec Brasil, a orientação para a tomada de ações no sentido de corrigir percursos desviados.

No que diz respeito a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) 46,81 % deles tiveram seus projetos aprovados pela SEED, quando de sua aceitação através do edital numero 01 de 2007. Os cursos apresentados posteriormente e/ou que já sofreram alterações, devem ser aprovados em suas instancias institucionais.

Tabela 6: Frequências absolutas (n) e relativas (%) do tipo de origem do projeto pedagógico (PPC) de 47 cursos da modalidade EaD em instituições federais e estaduais de ensino médio e superior.

<b>Origem do PPC atual</b>	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Aprovado pela SEED para o Edital nº 01 do e-Tec em 2007 e não sofreu alteração (AESAs)	7	14,89
Aprovado pela SEED para o Edital nº 01 do e-Tec, mas já sofreu alteração (AECA)	22	46,81
Elaborado pós-edital e não sofreu alteração (EPSA)	4	8,51
Elaborado pós-edital, mas já sofreu alteração (EPCA)	12	25,53
Outro	2	4,26
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100</b>

### **Considerações Finais**

A pesquisa em andamento, através dos dados preliminares levantados, permite antecipar algumas ações institucionais que devam ser tomadas a curto e médio prazo como garantia à qualidade necessária à Educação Profissional Técnica de nível médio ofertada pela Rede e-Tec Brasil. Entre elas:

- a) – elaboração de quadro referencia relativo ao numero de profissionais necessários ao pleno funcionamento e desenvolvimento dos cursos. Referencia esta que deve tomar por base não apenas o numero de matricula por curso, mas também a diversidade de cursos ofertados pela instituição;

- b) – idêntico procedimento deve ser adotado com relação aos recursos físicos; tecnológicos; financeiros e didáticos;
- c) – contratação, através de concurso público, de recursos humanos necessários à cada instituição ofertante de cursos de acordo com o quadro referencia.

No que tange a expansão numérica da oferta de cursos e/ou vagas, idêntico procedimento deveser tomado.

Estas ações, que preliminarmente podem ser apontadas, têm por objetivo garantir a qualidade da formação profissional técnica de nível médio na modalidade a distancia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 1.917 de 27 de maio de 1996. Aprova a estrutura Regimental e o quadro demonstrativo de cargos em comissão e funções gratificadas do Ministério da educação e do desporto e dá outras providências. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1917.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1917.htm)>. Acesso em 18 de maio de 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 18 de maio de 2012.

BRASIL. Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm)>. Acesso em 18 de maio de 2012.

BRASIL. Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm)>. Acesso em 13 de maio de 2012.

BRASIL. Decreto 6.301 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm)>. Acesso em 13 de maio de 2012.

Brasil. Decreto 7.589 de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm)>. Acesso em 18 de maio de 2012.

CATAPAN, Araci Hack; KASSICK, Clovis Nicanor; OTERO, Walter Ruben Iriondo. (Org) **Currículo Referência para o sistema e -Tec Brasil**. Florianópolis: NUP/UFSC, 2011. <http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/index.htm>.

CORRÊA, Juliane (Org). Estruturação de Programas em EaD In: **Educação a distancia: orientações metodológicas**. Porto Alegre, 2007. p. 09 – 19.

MORAES, Marialice et al. **Guia geral do curso - Gestão e Docência em EaD. 2007**.

PEREIRA, Jovanira Lázaro. O cotidiano da tutoria in **Educação a distancia – orientações metodológicas**. Porto Alegre, 2007. p. 85 – 104.

LEME, R. A. DA S.: **Curso de Estatística – Elementos**. Rio de Janeiro: AO LIVRO TÉCNICO. 1967.

LEVIN, J.: **Estatística Aplicada às Ciências Humanas**. São Paulo: HARPER & ROW DO BRASIL. 1978.

---

<sup>i</sup> A pesquisa utilizou a seguinte sistemática de análise dos dados:

Os dados coletados foram compilados em um editor de planilhas e, a partir destes, as variáveis foram descritas através de tabelas de frequências absolutas e relativas. Foram construídas tabelas de frequência separando os resultados por regiões brasileiras quando o número amostral permitiu; em alguns casos, o número de categorias era maior que o número de respondentes para cada categoria, o que inviabiliza a análise em separado (LEME, 1967).

Para as variáveis contínuas (numéricas), as medidas de tendência central e de dispersão utilizadas foram a média aritmética ( $\bar{x}$ ) mais ou menos o desvio-padrão ( $s$ ), apresentados no formato  $\bar{x} \pm s$ , ou, no caso de valores merísticos (não-decimalizáveis), a mediana (Me) com os quartis inferior (Q1) e superior (Q3). Em variáveis categóricas, a moda foi usada como medida de tendência central, representando a categoria mais frequente na amostra (LEVIN, 1978).